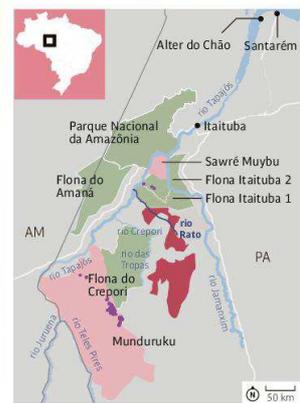


ambiente projeto amazônia

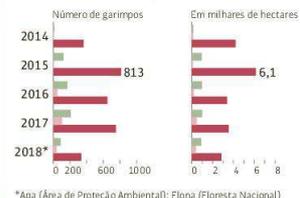


Exploração de metais preciosos se espalha pelo Pará e ameaça áreas de conservação*

■ Unidades de Conservação ■ Garimpo
■ Terras indígenas ■ APA do Tapajós (Estadual)



Áreas desmatadas pelos garimpos no Tapajós



*Apa (Área de Proteção Ambiental); Flona (Floresta Nacional)

Com retroescavadeiras, garimpos em rios do Pará amplificam destruição

★ Atividade que sustenta região do Tapajós há seis décadas passa por transformação ★ Retroescavadeiras agravam assoreamento de rio e devastação da mata ★ Desde 2014, há 3.717 novos garimpos

Fabiano Maisonnave e Lalo de Almeida

RIO TAPAJÓS (PA) Há 50 anos buscando ouro na beira do rio Tapajós, o maranhense Luis Pinheiro, 69, é parte da engrenagem que sustenta há décadas Itaituba, município de 101 mil habitantes do oeste do Pará. Acostumado a passar meses sem pisar na cidade, é taxativo: “Todo mundo

no Brasil é garimpeiro”. Praticada desde o final dos anos 1950 na região, a atividade sofreu uma revolução nos últimos anos com a introdução das PCs (retroescavadeiras hidráulicas), máquinas com poder de destruição várias vezes maior do que os métodos usados anteriormente.

“D epois do desmatamento ilegal, o garimpo é o maior vetor de destruição da Amazônia. É destruição ambiental, social e moral. É o crime organizado se apropriando das riquezas brasileiras”, afirma o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo.

O estrago ocorre principalmente nos afluentes do rio Tapajós, um dos símbolos mais conhecidos da Amazônia por causa das praias de areia branca e água azul de Alter do Chão, que atraem milhares de turistas por ano. Centenas de quilômetros rio acima, porém, a imagem é de terra arrasada. Ao longo de rios como Rato, Crepori e das Tropas, centenas de retroescavadeiras hidráulicas cavam buracos profundos ao longo das margens. Arrancam mata ciliar, jogam toneladas de terra no leito e chegam a alterar os cursos de água.

Um laudo feito em fevereiro pela Ufopa (Universidade Federal do Oeste do Pará) mostra que, na foz, o rio Rato transporta 49,6 miligramas/litro (mg/l) de sólidos em suspensão. Após receber a água enlameada do Rato, a média do Tapajós passa de 25 mg/l a 27,8 mg/l, contribuindo para o assoreamento de um dos



1 Confluência das águas poluídas pelo garimpo do rio Rato com o Tapajós
2 Escavadeira prepara barranco, e homens consertam bomba d'água para o garimpo no rio Rato
3 Garimpeiros trabalham no afluente

Fotos Lalo de Almeida/Folhapress

maiores rios da Amazônia.

Além das PCs, as dragas, grandes balsas flutuantes, também têm papel na devastação do Tapajós. Ao sugar a terra no fundo do rio em busca de ouro, deixam pra trás o “arrotto”, grandes bancos de cascalho e areia no meio do rio e nas margens.

Para os mundurucus, habitantes das margens do Tapajós, as mudanças são visíveis.

“Antigamente, a água era bem azulzinha, bem limpinha. Hoje em dia, ela tem uma cor diferente, meio amarelada. Você não flecha mais peixe com um arco na mão porque não vê”, diz o cacique Jurez Saw Munduruku, 58, que faz oposição aos garimpos.

“O garimpo mudou o rio, acabou com o Tapajós”, afirma o líder da Terra Indígena Sawré Muybu, em processo de demarcação. “Ninguém vê um igarapé mais, assim, natural. Subindo de barco pra tentar tomar uma água limpa hoje na beira do Tapajós, você não encontra mais, não, só água suja”.

Para sustentar dezenas de milhares de pessoas, a exploração desenvolveu voracidade incontrolável. Com a ajuda da PC, foram abertos 3.717 garimpos na região do Tapajós desde 2014, segundo levantamento do Ibama a partir de imagens de satélite.

Desse total, 805 (21,6%) estão em áreas protegidas federais, incluindo terras indígenas e florestas nacionais, onde o garimpo é proibido.

A grande maioria da atividade, porém, está na APA (área de proteção ambiental) Tapajós, de gestão estadual. A atividade de ali tem licenças municipais, mas há pouca fiscalização para verificar se as exigências são cumpridas.

“É um processo muito grave o da descentralização que o estado faz para municipalizar o garimpo”, diz Evaristo. “É inacreditável dar licença sem ter a avaliação do impacto, sem as medidas mitigadoras e sem saber o que vai ser feito nas áreas degradadas”.

Dono de garimpo, fazendeiro, empreiteiro e ex-madeireiro, o prefeito de Itaituba, Valmir Climaco (MDB), é um dos principais defensores da atividade. Ele assegura que, finda a exploração em um determinado local, a natureza se regenera em seguida.

“A pessoa que fala que garimpo destrói não diz a verdade”, diz Climaco, que migrou do Ceará nos anos 1970.

“Todos sabemos que quem destrói a Amazônia é o desmatamento, e no garimpo não existe desmatamento. Você tira um barranco da beira de uma montanha, e cinco ou seis anos depois o mato já cobriu”.

O emedebista afirma que, nos anos 1990, toda a economia girava em torno do garimpo, mas que agora esse percentual reduziu para até 70% por causa da agropecuária e, mais recentemente, dos portos no Tapajós que embarcam a soja vinda de Mato Grosso.

As décadas de exploração de ouro, no entanto, não se reverteram em melhorias socioeconômicas para Itaituba, autotizada de “cidade pepita”, cujo hino começa com: “Os garimpos, as praias, a fonte”.

Um exemplo é o saneamento. De acordo com o Atlas Esgoto 2017 da ANA (Agência Nacional de Água), 78,2% dos domicílios não têm coleta e tratamento de esgoto, percentual abaixo da média nacional (26,3%) e do Pará (65,6%).

Climaco diz que o principal culpado é a sonegação: “O município produz duas toneladas, nós só recebemos o imposto de 350 kg de ouro, então há grande contrabando de ouro, e eu tenho batido pesado nisso, fiz já várias denúncias”.

Dono de um garimpo às margens do rio Rato, Luis Pinheiro explora ouro dentro dos limites da Floresta Nacional (Flona) Itaituba 1.

Paí de 14 filhos, ele conta com a ajuda de três deles na busca do ouro, além de empregar dez garimpeiros.

Apesar de estar prestes a completar 70 anos e deserdar de uma PC, que custa em torno de R\$ 500 mil, Pinheiro trabalha afundado na lama com os garimpeiros. Cada um recebe 16% da produção, além da alimentação e da cobertura de outras despesas. Todos dormem em redes armadas dentro de barracos.

Para Pinheiro, trata-se da única alternativa na região. “Qual empresa que tem aqui? Rocha é proibido, não pode desmatar. Na fazenda, não tem serviço. Os brasileiros dessa região são todos analfabetos. E, quando tem uma sabedoria, não tem emprego. Vai pra onde? Pro garimpo”.

Colaborou Monica Prestes, de Manaus
A viagem dos repórteres foi paga pela Rainforest Foundation Norway (RFN)

